

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.401.272 - RN (2018/0308836-8)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
AGRAVANTE : WELLINGTON KLEBER DO NASCIMENTO
AGRAVANTE : DANIEL OLEGARIO LEANDRO
ADVOGADOS : MANOEL DAGONIA FERNANDES BRAGA E OUTRO(S) -
RN008674
GRASIELE MIRANDA SOUTO - RN013875
AIANY REGIA FERREIRA DA SILVA - RN015619
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO
NORTE

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que inadmitiu recurso especial objetivando reforma de acórdão mantendo, na íntegra, a sentença que condenou WELLINGTON KLEBER DO NASCIMENTO e DANIEL OLÉGARIO LEANDRO, por infração ao art. 121, §2º, II, do Código Penal, nos termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 525):

EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÕES CRIMINAIS. TRIBUNAL DO JÚRI. HOMICÍDIO QUALIFICADO POR MOTIVO FÚTIL - ART. 121, INCISO II, DO CÓDIGO PENAL. IRRESIGNAÇÃO DEFENSIVA CONTRA SENTENÇA CONDENATÓRIA. PLEITO ABSOLUTÓRIO. ALEGADO JULGAMENTO CONTRÁRIO À PROVA DOS AUTOS. IMPROCEDÊNCIA. DECISÃO DO TRIBUNAL POPULAR HARMÔNICA COM A INSTRUÇÃO PROCESSUAL. RECURSOS CONHECIDOS E DESPROVIDOS. CONSONÂNCIA COM PARECER DO 80º PROMOTOR DE JUSTIÇA DA COMARCA DE NATAL/RN, EM SUBSTITUIÇÃO LEGAL NA 5ª PROCURADORIA DE JUSTIÇA.

Nas razões do recurso especial, fulcrado na alínea "a" do permissivo constitucional, alega a defesa contrariedade ao art. 593, III, "d", do Código de Processo Penal.

Sustenta, em síntese, que "não existem indícios de autoria razoáveis que ensejem a condenação dos réus. A decisão dos jurados é manifestamente contrária à prova dos autos pois confronta flagrantemente os

elementos probatórios colhidas, sendo baseada apenas em depoimentos conflitantes que não comprovam a autoria dos réus." (e-STJ fls. 567/568).

Contra-arrazoado (e-STJ fls. 576/587), o recurso foi inadmitido (e-STJ fl. 590), motivando o presente agravo.

Contraminuta às e-STJ fls. 611/615 e manifestação ministerial, nesta instância, pelo desprovimento do agravo, em parecer assim ementado (e-STJ fl. 635):

EMENTA: AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO. ALEGAÇÃO DE QUE NÃO FICOU DEMONSTRADA A AUTORIA. DECISÃO MANIFESTAMENTE CONTRÁRIA À PROVA DOS AUTOS. INOCORRÊNCIA.

1. Somente a decisão manifestamente contrária à prova dos autos (assim entendida como aquela que é arbitrária ou totalmente conflitante com os elementos probatórios) autoriza a cassação do veredicto popular. Já o fato de optar o Júri por uma das versões, sobretudo quando esta se apresenta verossímil, não significa que a decisão seja contrária ao conjunto probatório. Apenas a decisão do júri que não encontra nenhum apoio na prova dos autos é que pode ser anulada.

2. Parecer pelo **desprovimento** do agravo.

É o relatório. Decido.

O recurso é tempestivo e foi impugnado o fundamento do despacho de inadmissibilidade.

Passo, então, a analisar o mérito do recurso especial.

São estes os fundamentos do acórdão recorrido (e-STJ fls. 529/535):

A materialidade restou devidamente comprovada pelo Laudo de Exame Necroscópico (fls. 81/81 verso, do IP), o qual atesta que a vítima Franklin Rocha Pessoa faleceu em razão de "traumatismo crânio-encefálico, devido à ação contundente", no Hospital Monsenhor Walfredo Gurgel, dia 29/08/2014, por volta das 02h10min.

E, apesar das negativas dos réus, há nos autos provas que

*amparam a tese sustentada pela acusação de que os acusados **Wellington Kleber do Nascimento**, conhecido por "**Ecinho**" e **Daniel Olegário Leandro**, conhecido por "**Galego**" ou "**Doido, irmão do Roberto Bonitão**", participaram efetivamente do crime, seja desferindo pedras contra a vítima, seja auxiliando Adriano Silva de Medeiros, já falecido, a consumir o delito de homicídio.*

[...]

*Ademais, o réu **Wellington Kleber do Nascimento**, também conhecido por "**Ecinho**", sustenta, como álibi, que, no dia do fato, estaria recolhido em estabelecimento prisional à hora do crime a ele imputado, ainda que, cumpria pena em regime semiaberto:*

[...]

*Trouxe aos autos, também, quando da audiência de instrução, folha de frequência do regime semiaberto do Complexo Penal João Chaves, a qual comprovaria que no dia 24 de agosto de 2014, data do crime, o réu **Wellington Kleber do Nascimento** teria se recolhido à unidade de custódia (fls. 108 e 112).*

Todavia, apesar da prova documental acima referida, destaca-se o depoimento do diretor da unidade de recolhimento de presos do regime semiaberto, Sr. José Jonailson de Souza, Diretor da Unidade Prisional João Chaves, o qual descreve a situação fática das condições de cumprimentos das penas na unidade prisional, registrando ser plenamente possível a saída e fuga de apenados, mesmo após a assinatura de presença:

[...]

Nesse sentido, considerando os fatos relatados pelo próprio Diretor do Presídio, conclui-se ser possível a saída à noite de um condenado, sem que ninguém perceba, por motivo de deficiência do sistema carcerário, somando-se o fato de que não há contagem de presos no dia seguinte.

*Por esses relatos, depoimentos de testemunhas oculares, depoimento do Diretor da Unidade Prisional João Chaves, associados à conclusão trazida no Laudo de Exame Necroscópico (fls. 81/81 verso, do IP), os jurados interpretaram os fatos e concluíram que os acusados **Wellington Kleber do Nascimento** e **Daniel Olegário Leandro** agiram de forma a contribuir na consumação do homicídio da vítima **Franklin Rocha Pessoa**.*

Portanto, após ponderação das provas e argumentações sustentadas em plenário, decidiu o Júri Popular de acordo com prova contida dos autos, acolhendo, uma das teses que brotam do conjunto probatório, ou seja, a da acusação, não cabendo

qualquer nulidade neste ponto.

Ora, concluindo as instâncias ordinárias, soberanas na análise das circunstâncias fáticas da causa, que os recorrentes praticaram o delito de homicídio, chegar a entendimento diverso implica em exame aprofundado do material fático-probatório, inviável em recurso especial, a teor da Súmula n. 7/STJ.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO. ABSOLVIÇÃO. EXCLUDENTE DE ILICITUDE. LEGÍTIMA DEFESA. DECISÃO CONTRÁRIA À PROVA DOS AUTOS. NECESSIDADE DE REEXAME DE FATOS E PROVAS. SÚMULA 7/STJ.

Tendo o eg. Tribunal de origem concluído que o Conselho de Sentença, ao decidir por uma das versões apresentadas em Plenário, o fez com base no conjunto de provas que foram submetidas a sua apreciação, a alteração de tais conclusões demanda nova incursão no conjunto fático-probatório, providência incabível em sede de recurso especial, a teor do enunciado n. 7 da Súmula desta Corte.

Agravo regimental desprovido. (AgRg no AgRg no AREsp 991.510/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 28/03/2017, DJe 05/04/2017)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PENAL. PROCESSO PENAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO. TRIBUNAL DO JÚRI. ABSOLVIÇÃO. DECISÃO CONTRÁRIA À PROVA DOS AUTOS. ELEMENTOS PROBATÓRIOS. INDÍCIOS SUFICIENTES DE MATERIALIDADE E DE AUTORIA. NECESSIDADE DE REVOLVIMENTO FÁTICO-PROBATÓRIO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7 DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. Não se anula julgamento proferido pelo Tribunal do Júri por eventual fragilidade das provas, mas tão somente quando os jurados decidem sem nenhum lastro nas provas dos autos, o que não se verifica na espécie.

2. As provas coligidas foram apresentadas em plenário para formar a convicção dos jurados, que optaram, por sua livre

e natural convicção, pela versão acusatória, que lhes pareceu mais verossímil, rejeitando a tese defensiva de legítima defesa própria.

3. *Para acolher-se o pleito acusatório, seria necessário o revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, providência vedada pela Súmula n. 7 do STJ.*

4. *Agravo regimental não provido. (AgRg no AREsp 770.400/ES, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 05/05/2016, DJe 17/05/2016)*

PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 593, III, "D", DO CPP E 121, § 2º, II E IV, DO CP. DECISÃO DOS JURADOS MANIFESTAMENTE CONTRÁRIA À PROVA DOS AUTOS E EXCLUSÃO DAS QUALIFICADORAS. REEXAME FÁTICO E PROBATÓRIO. INADMISSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. *Para dissentir do entendimento do Tribunal de origem, - que soberano na análise das circunstâncias fáticas da causa, concluiu que a decisão dos jurados não foi manifestamente contrária às provas dos autos, mas, simplesmente, acolheu a tese da acusação, bem como entendeu por manter as qualificadoras reconhecidas pelo Conselho de Sentença - , seria necessário o revolvimento do material fático-probatório dos autos, procedimento incabível em sede de recurso especial, nos termos da Súmula nº 7 do Superior Tribunal de Justiça.*

2. *Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no AREsp 699.063/SC, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, Sexta Turma, julgado em 06/08/2015, DJe 26/08/2015).*

Diante do exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC, c/c o art. 253, parágrafo único, II, "a" do RISTJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de fevereiro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator

